



RECENSÃO

*Catholicism, Race and Empire.  
Eugenics in Portugal, 1900-1950,*  
de Richard Cleminson,  
por Luís Timóteo Ferreira

---

*Análise Social*, 221, LI (4.º), 2016

ISSN ONLINE 2182-2999

---

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 Lisboa Portugal — [analise.social@ics.ul.pt](mailto:analise.social@ics.ul.pt)

R

CLEMINSON, Richard  
*Catholicism, Race and Empire. Eugenics in Portugal, 1900-1950*,  
 Budapest, CEU Press, 2014, 350 pp.  
 ISBN 9789633860281

Luís Timóteo Ferreira

Richard Cleminson (Universidade de Leeds) publicou nos últimos 15 anos vários trabalhos que revelam o seu interesse pelos discursos sobre a sexualidade e as suas relações com as ciências da vida e com a medicina. Nos seus primeiros trabalhos, a ligação entre a identidade sexual, a medicina e o poder estiveram centrados em Espanha e no movimento anarquista da Catalunha. Desta vez dedicou-se ao aparecimento dos discursos eugénicos em Portugal, após ter iniciado o projeto com a publicação de dois artigos (Cleminson, 2011 e 2012). Esta obra é, sem dúvida, o mais completo estudo sobre o eugenismo em Portugal até ao presente e só por este facto deveria merecer a atenção da comunidade científica.

Cleminson começa por rever a historiografia internacional e nacional sobre

o tema – da qual fornece uma extensa e atualizada bibliografia – e as questões teóricas sobre a eugenia que se repercutem na historiografia portuguesa (capítulo I). Daí passa para a análise da receção dos discursos eugénicos em Portugal durante o primeiro quartel do século XX (Capítulo II), discutindo sobretudo as posições de Miguel Bombarda e Egas Moniz. A seguir (Capítulo III), partindo de 1927, data da conhecida obra de Mendes Correia, como marco do período de consolidação do eugenismo entre nós, sustenta que a fraca institucionalização das práticas eugénicas (p. 64) está relacionada com as características do regime e com a influência da igreja católica. Destaca o papel da Liga Portuguesa de Profilaxia Social como promotora não estatal e não coercitiva das ideias e

práticas eugénicas porque guiadas “by voluntary measures, hygienic discourse and the mediation of the Catholic family doctor” (p. 87). O capítulo IV, o maior e o mais extensivamente documentado, trata do apogeu e declínio da institucionalização da eugenia em Portugal, preparada desde o final da década de 1920, consubstanciada na constituição da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos, em 1937, e nas suas relações com a academia de Coimbra, não só a principal com o Departamento de Antropologia, mas também a que se traduz na presença do discurso eugénico nas instituições criadas e promovidas pelo Estado Novo (Obra das Mães pela Educação Nacional, Mocidade Portuguesa, Instituto Nacional de Educação Física, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho), nas ideias de puericultura, economia doméstica, educação e higiene privada. Relaciona ainda o pensamento católico internacional sobre a eugenia com os debates entre os católicos e as suas resistências às ideias eugénicas, problematiza a noção de *eugenia latina* na historiografia e na sua relação com um suposto modelo católico de eugenia. O capítulo V trata das incidências do discurso eugénico nos temas da miscigenação, da mestiçagem e da conservação ou degeneração da suposta “raça” portuguesa no âmbito do império colonial português. O capítulo seguinte retoma e clarifica muitas das conclusões que vinham sendo já avançadas ao longo do livro.

Um argumento central avançado pelo autor logo nas primeiras páginas é o de que a historiografia contemporânea,

ao debruçar-se sobre as especificidades nacionais do eugenismo, e ao perspectivá-las em função do carácter transversal e transnacional do fenómeno, tem vindo a abandonar o modelo explicativo centro-periferia – “an irreversible shift in terms of the historiography of the field” (p. 14) –, ou seja, o do entendimento da difusão e da receção dos discursos eugénicos a partir da sua aproximação ou afastamento em relação a uma matriz ideológico-científica de eugenia que terá começado com Galton e atingido a consumação com o nacional-socialismo germânico. Neste sentido, e no contexto específico de Portugal, que emerge como um verdadeiro estudo de caso, os elementos preponderantes que moldaram os discursos e as práticas eugénicas teriam sido o catolicismo, um certo modelo de Estado autoritário e a sua dimensão colonial. O equacionar dos problemas relativos à explicação das dinâmicas de receção das ideias eugenistas e da institucionalização de práticas eugénicas, direta ou indiretamente patrocinadas pelo Estado, é um dos principais objetivos do autor.

Cleminson critica com frontalidade e, talvez, com excesso, certos pressupostos que enformam a historiografia portuguesa, denunciando-a como presa de uma conceção acerca da realidade dos objetos históricos que os identifica mesmo antes do aparecimento do léxico que os significa. “To talk of eugenics *avant la lettre*, therefore, makes no sense; it constitutes an anachronism and obscures comprehension of the eventual reception of eugenics in

scientific and social milieus.” (p. 13). A crítica inclui Irene Pimentel (1998), Ana Leonor Pereira (2001), o antropólogo Miguel Vale de Almeida (2002) e Cláudia Ninhos (2013). Cleminson identifica nos textos destes autores sobre o tema da eugenia, para além da dimensão analítica *avant la lettre*, uma análise retrospectiva reveladora de um *teleologismo* que avalia as concepções eugénicas sempre em relação com o seu ponto de chegada, o seu desenvolvimento extremo, ou seja, o programa nazista de higiene racial. Tal perspetiva é, para ele, uma distorção de natureza historiográfica (p. 11). Na sua ótica, uma análise que traça a eugenia retrospectivamente comporta perigos ou armadilhas e Cleminson admoesta os historiadores, dizendo que eles devem resistir a esta forma de encarar o desenvolvimento de um objeto histórico (p. 17). A principal crítica incide sobre o capítulo da obra de Ana Leonor Pereira, que constitui, em sua opinião, uma exploração muito mais extensiva do que o artigo de Pimentel, ainda que nele divise alguns dos mesmos constrangimentos já existentes neste. Cleminson argumenta que a abordagem que Pereira faz das preocupações acerca da degenerescência, da consanguinidade, das propostas legislativas de proibição do casamento e mesmo da esterilização forçada (pp. 17-18) faz com que estas sejam retrospectivamente classificadas como eugenia negativa.

O suposto anacronismo no tratamento do eugenismo, correlato de uma perspetiva teleológica que vê no eugenismo nazi o ponto de chegada dos

outros eugenismos, ou a bitola pela qual estes serão medidos e avaliados em função daquele, coloca problemas relevantes que devem ser equacionados. O capítulo de Pereira sobre a eugenia cobre um período de tempo distinto do enquadramento da obra de Cleminson, como também distinto dos textos de Pimentel, Ninhos e Almeida. Aliás, é empobrecedor para o debate historiográfico ou antropológico que nenhum destes três últimos autores citem Pereira e que nenhum dos textos em questão se possam comparar àquele em extensão e profundidade. Se a historiografia pode e deve discutir a tese da “subordinação do espírito eugenista ao campo do higienismo” (Pereira, 2001, p. 483), como o fez Patrícia Ferraz de Matos (2010), é fundamental que se reconheça a importância de estudos que esclareçam as genealogias de ideias e práticas, pois noções como degenerescência e hereditariedade não possuem um sentido claro, tal a ubiquidade como foram usadas, inclusive temporal, e, sobretudo, muito para além ou aquém da conceptualização rigorosamente científica.

Se os supostos anacronismo e teleologismo criticados por Cleminson remetem para questões epistémicas entre o presentismo e o historicismo (p. 11), a sua própria posição epistemológica não está acima da crítica: o seu sócio-construcionismo não essencialista (pp. 10-12) pode, por um lado, ser “historicizado”, ou seja, ser determinado historicamente; e, por outro, pode ser posicionado no debate epistemológico entre realistas e anti-realistas.

Cleminson afirma o contexto semântico específico da eugenia (p. 13), mas não parece demonstrar inequivocamente a incomensurabilidade entre higienismo e eugenismo que uma teoria da hereditariedade pós-mendeliana ou pós-weismanniana possibilitaria. A própria questão semântica é fulcral: que redes de significados e práticas podem constituir, por exemplo, “quasi eugenic understandings” (p. 244) num contexto de (ainda) não utilização do léxico? O que define para Cleminson os limites entre o eugenismo e o higienismo? Num esboço de definição, a eugenia surge dependente de uma teoria da hereditariedade, de uma visão do declínio físico, intelectual e moral da população, aliada a uma visão da evolução biológica, de técnicas positivas e negativas de melhoramento humano, em suma, uma biopolítica conduzida pelo Estado (p. 33). No entanto, antes, afirmara uma quase impossibilidade de definição (p. 9) e o entendimento de um objeto que parece pairar, discursivamente hipostasiada, num “world of meaningful interconnections” (p. 10). A matriz eclética e neo-lamarckista das ideias eugénicas em Portugal, que afirma ser a dominante, não revelaria ainda a subordinação do eugenismo ao higienismo? É recorrente na obra de Cleminson uma caracterização das ideias eugenistas nacionais que se revela pouco distinta da tradição higienista (p. 12, p. 6, pp. 47-48, p. 64, p. 121, p. 244, p. 253). É evidente a sobreposição de eugenismo e higienismo num modelo católico e latino de eugenia que é menos radicado numa teoria da hereditariedade

e que promove a influência do meio (pp. 138-145). Acaba, assim, por afirmar aquilo que já o foi por outros: a força de concepções eugénicas muito influenciadas pelo neo-lamarckismo, pelas influências do meio e pela preponderância das práticas de higiene pública, privada e social. Comparando as suas afirmações (p. 33) com as de Pereira (2001, pp. 483-484 e pp. 550-552), acerca das influências do darwinismo ou do lamarckismo no pensamento eugénico português, pode-se avaliar o exagero das suas críticas, bem como algum défice no refutar da influência do darwinismo na receção das ideias eugénicas (p. 17).

Sendo, de facto, a primeira grande obra de fôlego sobre a eugenia em Portugal, e por si só digna de apreço, é também certo que a reação excessiva aos autores nacionais não contribui para o diálogo académico, diálogo esse que, diga-se em abono da verdade, também parecia não existir, dada a falta de interrelação entre os estudos sobre o tema.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. V. de (2002), “Longing for oneself: hybridism and miscegenation in colonial and postcolonial Portugal”. *Etnográfica*, 1, pp. 181-200.
- CLEMINSON, R. (2011), “Eugenics in Portugal, 1900–1950: setting a research agenda”. *East Central Europe*, 38 (1), pp. 133-154.
- CLEMINSON, R., MIRANDA, L. S. (2012), “Traces of eugenic thought in the work of Egas Moniz”. *Portuguese Studies*, 28 (1), pp. 63-76.

MATOS, P.F. de (2010), “Aperfeiçoar a ‘raça’, salvar a nação: eugenia, teorias nacionalistas e situação colonial em Portugal”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 50, pp. 89-111.

NINHOS, C. (2013), “A discussão em torno da eugenia em Portugal.” In I.F. Pimentel e C. Ninhos, *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Temas e Debates, 2013, pp. 209-242.

PEREIRA, A. L. (2001), *Darwin em Portugal (1865-1914). Filosofia. História. Engenharia Social*, Coimbra, Almedina.

PIMENTEL, I. (1998), “O aperfeiçoamento da raça. A eugenia na primeira metade do século XX”. *História da Historiografia*, 3, pp. 18-27.

---

FERREIRA, L. T. (2016), *Recensão “Catholicism, Race and Empire. Eugenics in Portugal, 1900-1950*, Budapest, CEU Press, 2014”. *Análise Social*, 221, LI (4.º), pp. 1012-1016.

---

Luís Timóteo Ferreira » [timoteo.ferreira@live.madeira-edu.pt](mailto:timoteo.ferreira@live.madeira-edu.pt) » Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX – CEIS20, Universidade de Coimbra » Rua Filipe Simões n.º 33 — 3000-186 Coimbra, Portugal.

---